



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

No documento de consulta pública sobre a política demográfica de 2013, registaram-se algumas opiniões que defendem que a taxa de natalidade de Macau está abaixo do necessário para assegurar a substituição de gerações, por isso, sugerem ao Governo que implemente medidas de incentivo à natalidade¹. Nestes últimos anos, Macau tem registado altas taxas de natalidade, mas face à insuficiência de vagas nas creches, à crise do leite em pó para bebés e à sobrecarga nos serviços de obstetrícia, a política fiscal, a política de habitação e a Lei das Relações de Trabalho não conseguem dar resposta às exigências das famílias das novas gerações. Muitos casais querem ter apenas um ou dois filhos, ou até nenhum, daí as opiniões no sentido de o Governo pensar mais nas necessidades das famílias, implementando mais políticas e medidas para as apoiar, com vista a promover a harmonia familiar e a elevar a vontade de ter filhos entre as novas gerações.

Alguns países e regiões já lançaram diversas políticas de benefício para as famílias, apoiando a sua população a cuidar da família, promovendo a igualdade entre homens e mulheres, e incentivando os homens a assumirem as suas responsabilidades familiares, implementando, nomeadamente, a licença de paternidade, a licença parental e o regime de cinco dias de trabalho

¹ Relatório e opiniões da Consulta Pública sobre o Enquadramento da Política Demográfica da RAEM: <http://portal.gov.mo/gep/Data/Session01.pdf>



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

por semana. E outros lançaram várias medidas de incentivo e de apoio económico, nomeadamente, apoio às famílias que têm mais de um filho, na sua educação e formação. Estabelecendo a comparação com Macau, pode verificar-se que existe ainda uma grande margem para melhorias no âmbito quer do apoio às famílias quer do incentivo à natalidade.

Apresentei uma interpelação escrita na qual exorto o Governo a regulamentar, quanto antes, sobre a licença de paternidade, bem como a agendar a matéria sobre as políticas de benefício para as famílias para discussão durante a revisão da Lei das Relações de Trabalho. O Governo respondeu que ia rever as matérias de salvaguarda dos direitos e interesses das mulheres, e que, no 1.º trimestre deste ano, ia submeter a proposta de criação da licença de paternidade remunerada à discussão do Conselho Permanente de Concertação Social², no entanto, nada referiu quanto às referidas políticas. Em 2013, o Governo prometeu que ia criar a licença de paternidade, mas só agora, ao fim de mais de dois anos, é que vai avançar com isso, no entanto, ainda nada se vê quanto à implementação das referidas políticas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

² TDM – Licença de paternidade e sobreposição de feriados são matérias agendadas para discussão aquando da revisão da Lei das Relações de Trabalho, 12/01/2015



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1. Concluída a consulta pública sobre o enquadramento da política demográfica, de que planos e medidas concretas dispõe o Governo para aumentar a vontade de ter filhos dos residentes?
2. O Governo deve pensar mais nas necessidades das famílias, implementando mais políticas e medidas para as apoiar, com vista a reduzir as suas preocupações e a promover a harmonia familiar. Vai fazê-lo?
3. Apresentei uma interpelação escrita ao Governo na qual questiono se, aquando da revisão da vigente Lei das Relações de Trabalho, vai ser prolongada a licença de maternidade, aumentado o período de amamentação, prolongado o horário de trabalho flexível e criada a licença parental. Aquele respondeu que ia proceder à avaliação e ao estudo das respectivas leis, tendo em conta a realidade, com vista à optimização do regime vigente. Mas segundo as informações divulgadas recentemente, apenas a matéria relativa à licença de paternidade vai ser agendada para discussão. Quais foram então os resultados da referida avaliação e estudo?

A Deputada à Assembleia Legislativa

Wong Kit Cheng

30 de Janeiro de 2015